

**#6**

***ATITUDES POLÍTICAS, CONFIANÇA E DEMOCRACIA:  
UM ESTUDO NA GRANDE LISBOA***

**RITA GOMES CORREIA & JOÃO CARLOS GRAÇA**

# ATITUDES POLÍTICAS, CONFIANÇA E DEMOCRACIA: UM ESTUDO NA GRANDE LISBOA – UM ESTUDO EMPÍRICO

JUL '18

62-67

## RITA GOMES CORREIA

SOCIUS/CSG, ULisboa

[ritagomescorreia@yahoo.com](mailto:ritagomescorreia@yahoo.com)

## JOÃO CARLOS GRAÇA

SOCIUS/CSG, ISEG-ULisboa

[jgraca@iseg.ulisboa.pt](mailto:jgraca@iseg.ulisboa.pt)

## RESUMO

Esta apresentação visa identificar valores, atitudes e comportamentos políticos de diversos grupos, baseando-se primordialmente num estudo efetuado com base numa amostra de 600 indivíduos, adultos e habitantes na Grande Lisboa, estratificados por sexo, idade e habilitações literárias.

As perguntas referem-se nomeadamente a: identificação com partidos

políticos; voto nas últimas eleições; razões para o voto e/ou a abstenção; grau de interesse pela política; características percebidas nos agentes políticos portugueses; aspetos relevantes para as escolhas partidárias; grau de confiança relativamente a partidos políticos, Parlamento, Presidente da República e governo; grau de corrupção percebida dos políticos em Portugal; satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal; influência percebida dos cidadãos no decurso dos acontecimentos políticos; perceção de si em termos da dimensão esquerda-direita.

## ANÁLISE

**R**elativamente ao interesse pela política, obtemos um valor médio de 2.44 (numa escala de 1 a 5). É de notar que tínhamos já antes registado, em estudo análogo realizado em 2006, uma média de 2.3, pelo que se regista um ligeiríssimo acréscimo (ver [Figura 1](#)).

Quanto à dimensão relativa à perceção de si próprio ao longo dum eixo esquerda-direita (desde 1, 'extrema-esquerda', até 9 para 'extrema direita'), observa-se na amostra uma elevadíssima frequência nos valores centrais (sobretudo 5).

O valor médio das respostas é de 4.97, parecendo genericamente indicar uma aproximação ainda maior ao centro do que o valor médio de 4.71, obtido em estudo análogo realizado em 2006 (cf. Graça et al. 2012a, 2012b, 2014, 2016, no prelo).

Quanto à regulação desejável da economia, as respostas são de 49,8 a favor de mais estado, 39.3 em prol de mais mercado e 10.8 em defesa de um maior papel do 'terceiro sector' (ver [Figura 3](#)).

Estes valores devem ser confrontados com os registados em 2006:

Figura 1

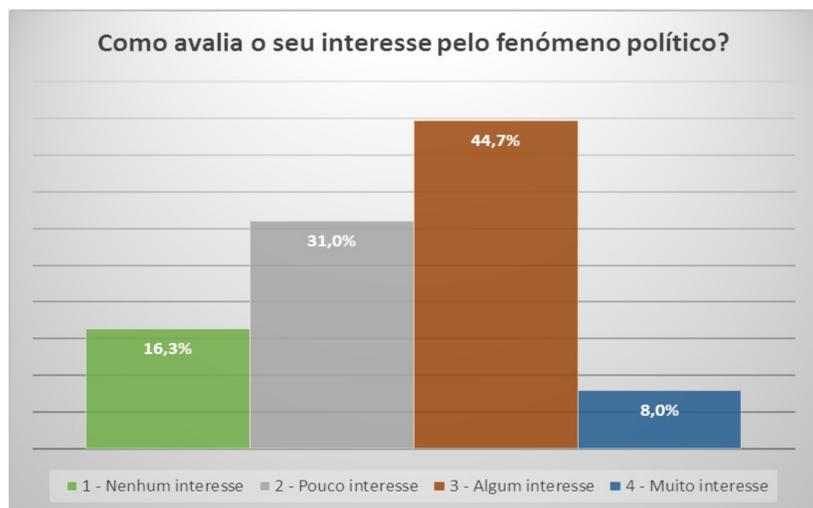


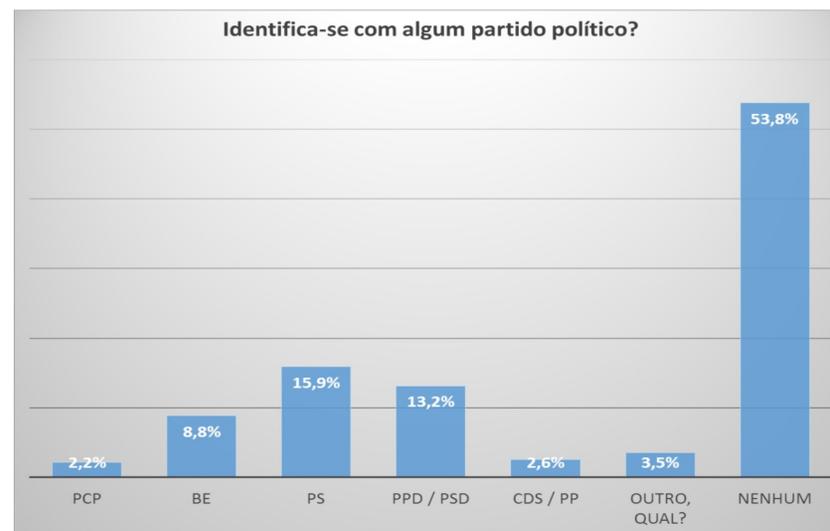
Figura 3



Figura 2



Figura 4



respetivamente 52.3 (estado) 28.8 (mercado) e 18.9 (terceiro sector), parecendo indicar uma paulatina evolução *free-marketeeering* da opinião pública portuguesa. Esta evolução deve ser considerada relacionando-a (mas talvez não diretamente) com a ligeira deslocação para a direita que também é perceptível na questão anterior. Relativamente à dimensão da identificação com partidos políticos, verifica-se acima de tudo o peso da resposta “Nenhum”, englobando mais de metade dos respondentes.

Os níveis de identificação com partidos políticos permanecem assim bastante baixos, e mesmo muito inferiores aos dos votos, não obstante todo o crescimento da abstenção que se tem verificado nas últimas décadas.

São também dignos de nota, quanto a este critério de análise: o nível comparativamente muito elevado da identificação com o PS (o maior partido quanto a este critério, embora não em votos), bem como a fraca performance do PSD e, por contraste, o bom desempenho do Bloco de Esquerda.

Se a identificação com partidos não chega a metade dos inquiridos, o voto naqueles atinge e ultrapassa essa marca, ficando-se em 67 por cento (ver [Figura 5](#)). Ainda assim, abstenção, voto nulo e voto branco correspondem, somados, a praticamente 1/3 dos inquiridos, e constituem um valor crescente ao longo das últimas décadas.

De entre os inquiridos que declaram ter votado, 17.2 por cento afirma, entretanto, ter votado branco ou nulo, um valor onde provavelmente está englobada alguma abstenção (considerando a questão anterior). Embora o PS recolhesse maior identificação (ver [Figura 4](#)), o PSD é agora o partido mais votado, com 26 por cento, contra 25.3 do PS.

Parece digna de nota a elevada percentagem recolhida pelos “outros” partidos, sobretudo o PAN, com 3.7 por cento, deixando-o muito perto da marca do CDS/PP. Destaque-se também o desempenho notável do Bloco de Esquerda, com um terceiro lugar correspondente a 15.5 por cento.

Os elevados níveis de abstenção, voto nulo e voto branco, a importância do voto em “outros” partidos e a fraca performance dos dois partidos hege-

mónicos da vida política portuguesa (PS e PSD), bem como a fraca identificação declarada com partidos políticos (ver supra, [Figura 4](#)): eis um grupo de aspetos que nos parece deverem ser considerados colocando-os em paralelo outrossim com as perceções prevalecentes quanto aos políticos.

Nesta matéria, deve destacar-se antes de mais o nível muito elevado de concordância com os qualificativos “excessivamente remunerado”, “corrupto” e “carreirista”. Por contraste, “tolerante”, “competente” e “acessível” registam marcas muito baixas, o qualificativo “experiente” obtendo uma marca intermédia (ver [Figura 7](#)).

Este padrão de opiniões afigura-se igualmente compaginável com o baixo grau de confiança declarado quer quanto aos partidos, quer quanto ao órgão de soberania (o Parlamento) a que estes se encontram mais diretamente ligados (ver infra, [Figura 8](#)).

Por oposição a essa tendência, a magistratura mais eminentemente personalizada do quadro constitucional português, a Presidência da República, obtém os níveis mais elevados de confiança, e com larga vantagem. O governo ocupa, quanto a este critério, uma posição muito próxima da Assembleia da República.

Quanto aos motivos de escolha partidária, e de acordo com padrão referido para a forte ‘personalização’ das atitudes políticas, o “perfil do líder” é a dimensão declaradamente mais importante. Entretanto, o “programa do partido” segue de perto aquela dimensão, embora se trate dum programa considerado de forma algo ‘desideologizada’ dado que a “ideologia do partido” se mostra bem menos importante. A “prática partidária” e a “equipa dirigente” ocupam posições intermédias no ranking dos fatores da escolha.

De acordo com o padrão identificado de relativo ceticismo (ou mesmo cinismo) face à vida política, mas mesmo assim de forma algo surpreendente pela dimensão revestida, a perceção de corrupção dos políticos é elevadíssima, apenas 3.9 por cento dos inquiridos respondendo “ nenhuns ” ou “poucos” (ver [Figura 10](#)).

Figura 5

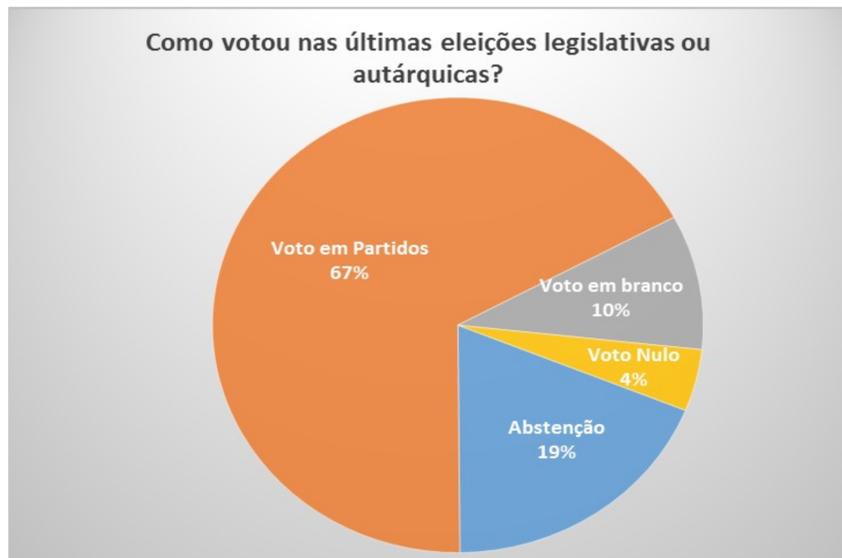


Figura 6

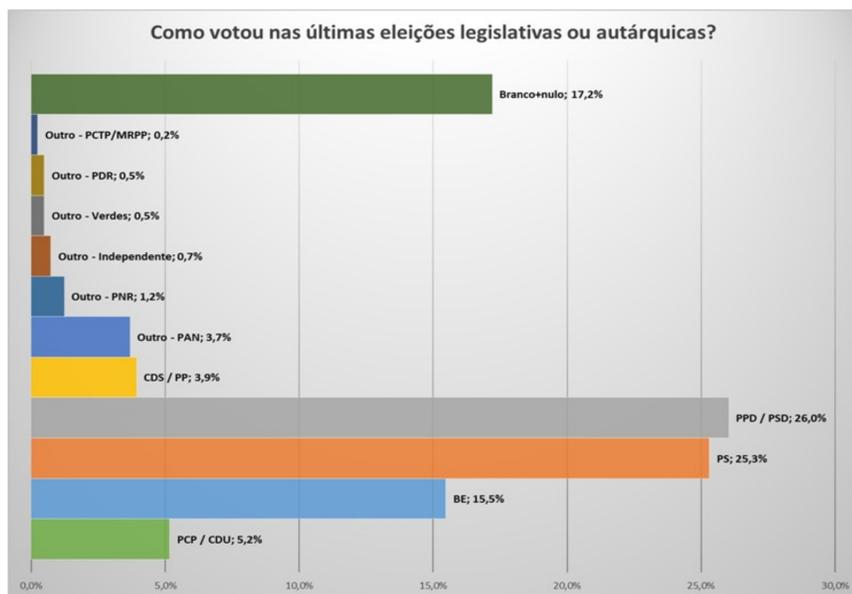


Figura 7

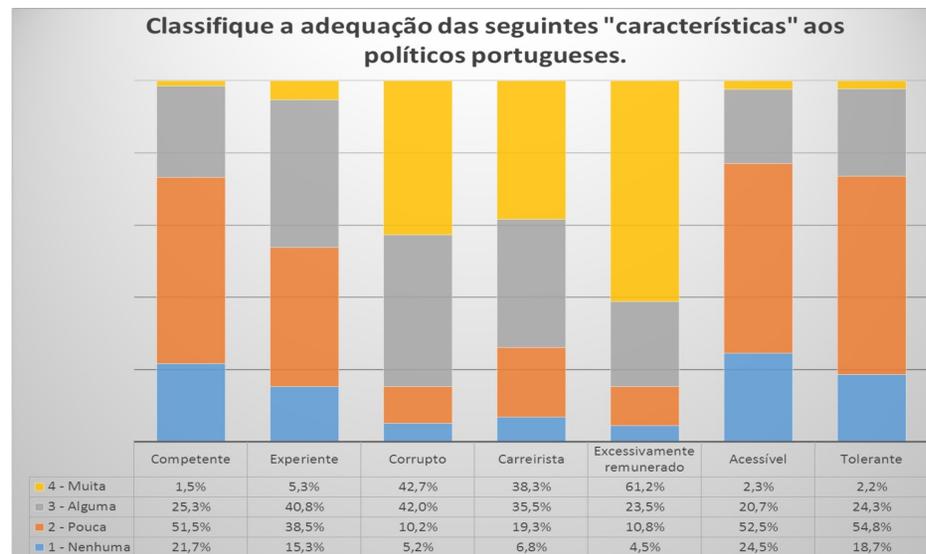


Figura 8

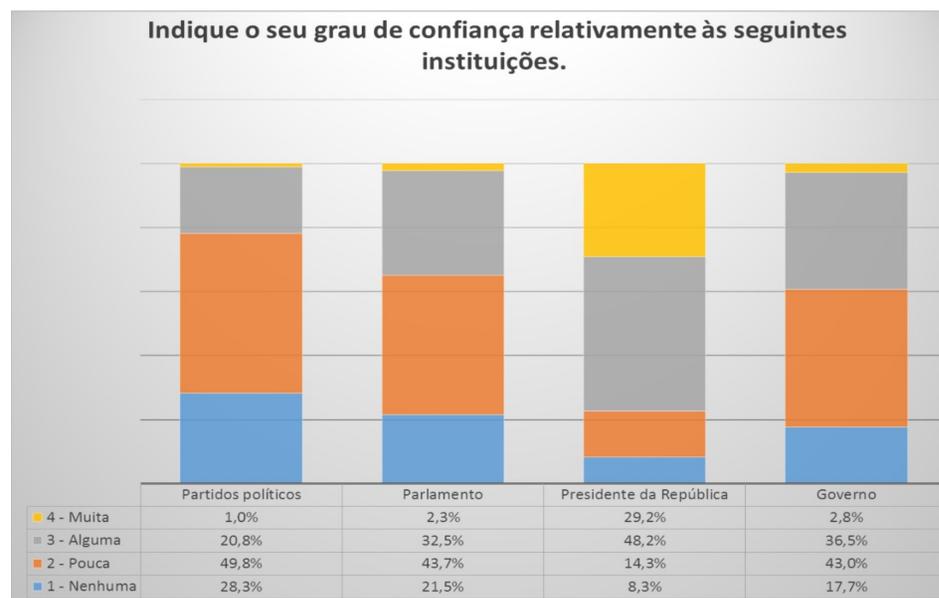


Figura 9

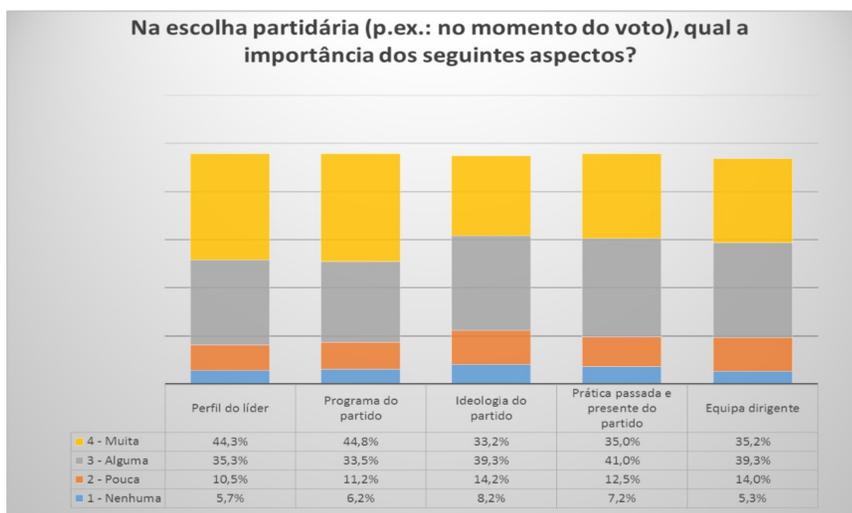


Figura 11

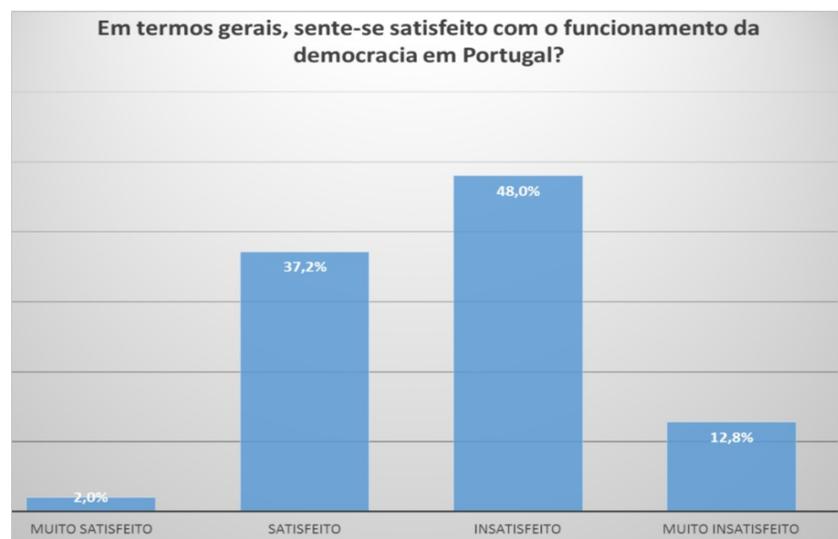


Figura 10

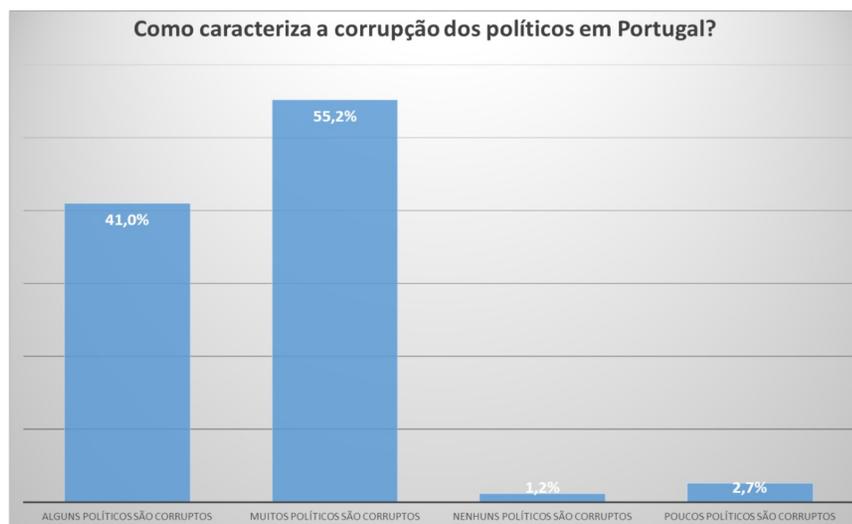
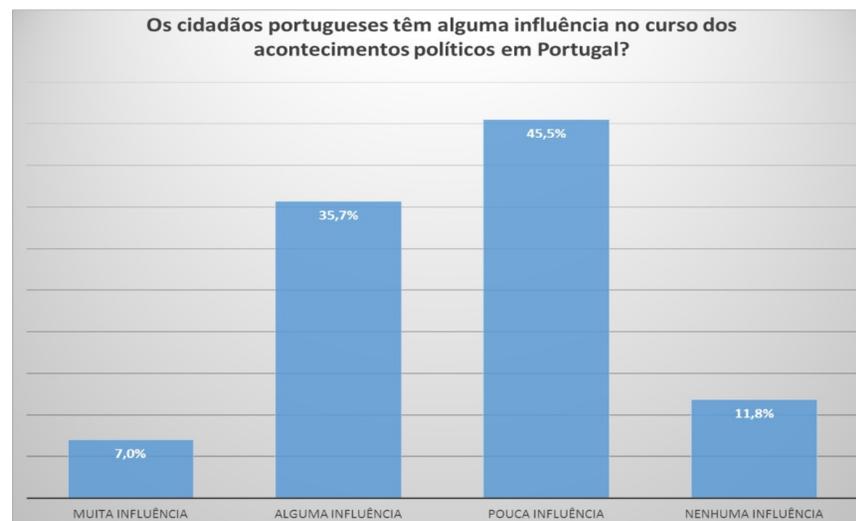


Figura 12



A satisfação declarada com o funcionamento da democracia também se afigura preocupante, 60.8 por cento estando “insatisfeitos” ou muito “insatisfeitos” (Figura 11).

Esta marca de 60.8 por cento de respondentes declaradamente “insatisfeitos” ou “muito insatisfeitos” com o funcionamento da democracia deve ser cotejada com 57.3 por cento que pensam terem os cidadãos pouca ou nenhuma influência no curso dos acontecimentos políticos em Portugal (ver infra, Figura 12).

Embora não tenha sido feita por nós a análise detalhada do ‘cruzamento’ das duas questões, é razoável supor que perto de 3/5 de respondentes globalmente insatisfeitos estejam perto de 3/5 também de respondentes com percepção de escassa ou nula influência dos cidadãos na vida política; mais ainda se acrescentarmos a esse panorama a informação de que também perto de 3/5 dos respondentes não se identificam com nenhum partido ou se identificam com um “outro” (ver supra, Figura 4).

O tratamento mais detalhado das possíveis relações entre estas várias dimensões políticas da opinião da população portuguesa será efetuado em estudos ulteriores.

---

## REFERÊNCIAS

- GRAÇA, J. C., Ferreira, J. M. C., Marques, R., Lopes, J. C., & Gonçalves, B. (2012a). *A Confiança no Sistema Político Português*. In J. M. C. Ferreira (Org), *Sociedade de Confiança: a Construção Social da Confiança em Portugal* (pp. 83-205). Lisboa: Escolar Editora.
- GRAÇA, J. C., Ferreira, J. M. C., Marques, R., Lopes, J. C., & Gonçalves, B. (2012b). *A Construção Social do Valor*. In J. M. C. Ferreira (Org), *Sociedade de Confiança: a Construção Social da Confiança em Portugal* (pp. 207-269). Lisboa: Escolar Editora.
- GRAÇA, J. C., Lopes, J. C., & Correia, R. G. (2014). *Economics education: literacy or mind framing? Evidence from a survey on the social building of trust in Portugal* (WP do Departamento de Economia do ISEG). Disponível em: [https://aquila5.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?meth-od=getFile&fileId=531131&\\_request\\_checksum\\_=9e88fae7f14a46d57b4d74ef4bf190d83bca64e6](https://aquila5.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?meth-od=getFile&fileId=531131&_request_checksum_=9e88fae7f14a46d57b4d74ef4bf190d83bca64e6)
- GRAÇA, J. C., Lopes, J. C., & Correia, R. G. (2016). *Economics education: Literacy or mind framing? Evidence from a survey on the social building of trust in Portugal*. *Análise Social, ICS, Universidade de Lisboa, Vol. 51* (3.º), 220, Setembro, 516-542. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS\\_220\\_art01.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_220_art01.pdf)
- GRAÇA, J. C., Caiado, J., & Correia, R. G. (no prelo). *Sociopolitical Values, Attitudes and Behaviors of Portuguese Economics Students*. *Sociologia, Problemas e Práticas* (aceite para publicação em 2018).